

“AS MARCAS NEGRAS” : RESSIGNIFICANDO GRILHÕES DO PASSADO EM PRÁTICAS LETRADAS

“Black Marks” : Ressignifying Past Fetters in Literacy Practices

Talita de Oliveira¹
Carolina Pinhão²

RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar um relato de experiência pedagógica desenvolvida em uma turma de nível Médio do CEFET/RJ como exemplo da aplicação da Lei 10.639/2003 para o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. O artigo destaca dois elementos importantes da prática letrada proposta: a) a atividade conduzida pela professora regente da turma com base na leitura e discussão dos textos “O Navio Negreiro” (de Castro Alves, 1868) e “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro” (de Marcelo Yuka, 1994); b) a produção textual de uma aluna da turma e a reflexão crítica, promovida pelo papel transformador da leitura e da escrita, sobre o lugar social ocupado pelos negros na nossa sociedade. O trabalho aponta para a importância da formação continuada de toda comunidade escolar para a aplicação efetiva da lei e a construção da cidadania democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/2003. Relações étnico-raciais. Práticas letradas. Cidadania.

ABSTRACT: This paper aims at presenting a report of a pedagogical experience developed in a high school class at the CEFET/RJ as an example of the application of 10.639/2003 law for the teaching of Afro-Brazilian History and Culture in the school curriculum. The article focuses on two important elements of the proposed literacy practice: a) the activity led by the teacher based on the reading and discussion of the texts “The slave ship” (by Castro Alves, 1868) and “All paddywagons look a bit like slave ships” (by Marcelo Yuka, 1994); b) the textual production of a student and the critical reflection, promoted by the transforming power of reading and writing uses, about the social place occupied by black people in our society. This work points out the relevance of continued education of all members of the school community for the effective application of the law and the construction of democratic citizenship.

KEYWORDS: 10.639/2003 law. Ethnic and racial relations. Literacy practices. Citizenship.

¹ Doutora em Letras, Coordenadora da Coordenadoria dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, Docente de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Ensino Médio e da Pós-Graduação Lato Sensu em Letramento(s) e Práticas Educacionais). Unidade Maracanã – CEFET/RJ - E-mail: talitaoli@hotmail.com, toliveira@cefet-rj.br

² Discente do Ensino Médio-Técnico. Unidade Maracanã – CEFET/RJ - E-mail: carokinhaaa@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Não é recente o interesse acadêmico e pedagógico nas práticas e saberes construídos nas salas de aula de língua materna no contexto brasileiro. Desde, pelo menos, as duas últimas décadas do século XX, quando o conceito de letramento (Kleiman, 1995; Soares, 2000) passa a ocupar um lugar central nas pesquisas em Letras e Educação, é crescente a preocupação em se olhar para o papel dos usos da linguagem (em especial, a leitura e a escrita) como formas de agir no mundo social. Já não convém mais conceber o ensino de língua materna sob uma óptica meramente normativa, na qual se reduz o ler/escrever à assimilação de regras gramaticais autocontidas e à memorização de períodos literários que pouco (ou em nada) se aproximam das interações sociais em que os alunos se engajam. Ao contrário, compreende-se que ler e escrever em uma língua são práticas sócio-historicamente situadas capazes de estabelecer, manter ou transformar realidades sociais. Esta perspectiva é amplamente defendida pela legislação que orienta o ensino de língua materna em território nacional. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, enfatizam a formação do cidadão como objetivo central a ser almejado, algo que só se torna possível mediante a adoção de uma visão de linguagem como forma de agir e intervir na sociedade e de um trabalho com textos a partir de um olhar crítico e atento às questões mais pulsantes da vida contemporânea.

Uma dessas temáticas emergenciais diz respeito ao racismo e às relações étnico-raciais na sociedade brasileira. A Lei 10.639/2003, que altera a LDB de 1996 (Lei 9.394) e torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, traz para o centro das discussões pedagógicas a agenda político-reivindicatória da população afrodescendente e seu histórico de marginalização, sofrimento e apartamento dos direitos mais elementares em uma sociedade democrática. Dentre os principais eixos norteadores da Lei 10.639/2003 – subsidiados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004) –, destacamos: a) o desenvolvimento de ações e posturas que valorizem a identidade, história e cultura dos afro-brasileiros; b) a compreensão da luta do povo negro e do sofrimento social a ele causado ao longo da história; c) a implementação de medidas pedagógicas e curriculares cotidianas, não esporádicas, que eduquem alunos, professores, pais e toda comunidade escolar para a eliminação de preconceitos. Nesse sentido, a sala de aula de língua materna pode ser considerada um *locus* privilegiado para, a partir do trabalho com textos, desestabilizar crenças acerca do racismo no Brasil, reposicionar identidades historicamente subjugadas e formar cidadãos críticos e atuantes para a sociedade. Seja por meio de textos literários, jornalísticos, propagandísticos etc., professores e alunos podem engajar-se em práticas letradas de cunho ideológico (Kleiman, 1995) que assumam um caráter transformador no sentido de desconstruir discursos de dominação e de silenciamento dos negros (Paula, 2003).

Ainda que documentos oficiais procurem orientar docentes quanto ao papel preponderante da escola (e das práticas nela implementadas via currículo formal) na construção de uma sociedade mais cidadã e menos racista, não é incomum vermos o não cumprimento da Lei 10.639/2003, geralmente em virtude de uma lacuna na formação dos professores em seus cursos de Graduação ou Pós-Graduação. Outro fator condicionador para o não cumprimento da Lei é a visão de que a temática das relações étnico-raciais já seria contemplada em festividades do calendário escolar, como o Dia da Consciência Negra, ou o Dia do Folclore, quando, na verdade, o que a Lei propõe é uma espécie de revolução curricular que torne a história e a cultura da população afrodescendente protagonistas nos conteúdos escolares. É nesse sentido que o presente artigo pretende contribuir com um breve relato de

experiência pedagógica desenvolvida em uma turma de 2º ano do Ensino Médio-Técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) no ano de 2011. Apresentaremos, aqui, uma prática letrada tecida a partir do trabalho com dois textos: o poema “O Navio Negreiro” (de Castro Alves, 1868) e a letra de canção “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro” (de Marcelo Yuka, 1994). Os desdobramentos da atividade pedagógica aqui relatada sinalizam que textos são espaços políticos de embates que contribuem na formação de um pensar e agir críticos, tão importantes na construção e na consolidação de uma cidadania democrática que leve em conta as duras marcas da discriminação e do sofrimento a que foram submetidos os negros ao longo de nossa história.

A PRÁTICA LETRADA

Um dos itens constantes no currículo oficial da disciplina Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no Ensino Médio diz respeito à produção literária oitocentista, com particular destaque para os textos e valores culturais que contribuíram para a formação da noção de identidade nacional no Brasil. É nesse sentido que a poesia romântica do século XIX assume destaque nas aulas de Literatura Brasileira, ocupando um lugar estelar nas atividades da disciplina por cerca de um semestre. O Condoreirismo, vertente da poesia romântica voltada para temas que cunho social e comprometida com a defesa dos ideais de liberdade da época, é comumente associado à obra de Castro Alves, poeta baiano que fez da causa abolicionista o principal mote de sua poesia, tornando-se conhecido como “o poeta dos escravos”. Em tese, seria possível dizer que esse item obrigatório do currículo de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira já favoreceria, de antemão, o cumprimento da Lei 10.639/2003 e as orientações propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004). Por outro lado, para se reconstruir, em outras bases, todo imaginário em torno do que foi a escravidão negra no Brasil, faz-se necessário contar a história a partir do ponto de vista dos escravizados. Caso contrário, as consequências atroztes da escravidão na vida da população negra até os dias atuais tendem a ser invisibilizadas e, com isso, todo o projeto de produção de valores, atitudes e saberes comprometidos com a formação de uma democracia plena, que reconheça a identidade, história e cultura dos afrodescendentes, ficaria comprometido.

Com base nessa preocupação é que a prática letrada a ser aqui descrita foi concebida. No primeiro bimestre do ano de 2011, foram lidos e debatidos, em uma turma do 2º ano do Ensino Médio-Técnico do CEFET/RJ, os textos “O Navio Negreiro” (de Castro Alves, 1868) e a letra de canção “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro” (de Marcelo Yuka, 1994). O primeiro deles, tido como clássico da literatura romântica brasileira, retrata o sofrimento vivido pelos negros africanos na travessia do Oceano Atlântico rumo ao Brasil no que tange aos maus tratos físicos experienciados e à memória de um tempo em que eram seres libertos em sua terra natal. O segundo já corresponde a uma produção contemporânea da banda carioca O Rappa, que mescla ritmos musicais derivados do reggae, do hip hop e do rock para tratar de aspectos relativos ao cotidiano e aos dramas sociais vividos pelos habitantes da periferia. O objetivo do trabalho com esses dois textos era buscar as aproximações temáticas entre eles, ainda que estivessem distantes temporalmente. Da prática letrada proposta, participaram as autoras do presente artigo na condição de professora regente (Talita de Oliveira) e de aluna da turma (Carolina Pinhão). A classe era composta de cerca de trinta alunos, em sua maioria brancos e membros das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro.

Na conversa sobre os textos proposta, chamou particular atenção a efetiva participação dos alunos no debate, os quais, sentados em suas carteiras alocadas em forma de círculo, frequentemente tomavam o turno conversacional sem necessariamente requisitarem a mediação da professora. Muitos alunos ficaram bastante sensibilizados com a descrição que Castro Alves faz do tratamento desumano dispensado aos negros escravos, açoitados sem piedade nos navios negreiros. Também houve certo desconforto e indignação com a denúncia de Marcelo Yuka em relação à intransigência e ao autoritarismo de policiais ao abordarem jovens negros pelas esquinas da cidade. As semelhanças entre o capitão do navio negreiro e o policial, entre o chicote e a arma de fogo, entre o passado e o presente dos negros, despertaram os alunos para a urgência em se problematizar questões relativas ao racismo e às relações étnico-raciais em nosso mundo e para a importância de essa reflexão crítica iniciar-se no próprio contexto escolar. Com base na leitura e nas conversas travadas em sala de aula acerca dos dois textos, a professora da turma propôs uma atividade de produção textual cujo objetivo era fazer emergir textos escritos, de cunho argumentativo, que traçassem uma comparação entre o passado e o presente da população afrodescendente no Brasil e que apontassem a herança histórica da escravidão negra nos dias atuais. Foi entregue, a cada aluno da turma, uma folha de papel impressa com a proposta de produção textual, contendo a íntegra da letra de canção “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro” e um trecho retirado da 4ª parte do poema “O navio negreiro”. Em seguida, quatro perguntas foram colocadas com o intuito de orientar os alunos quanto aos pontos importantes a serem abordados na produção textual, sem com isso impedir que outros aspectos pudessem ser trazidos à baila em sua argumentação.

A atividade proposta aos alunos segue transcrita abaixo:

Leia a letra de canção a seguir, interpretada pelo grupo O Rappa, e compare-a com o fragmento extraído da quarta parte do poema “O Navio negreiro”, de Castro Alves:

TODO CAMBURÃO TEM UM POUCO DE NAVIO NEGREIRO (Marcelo Yuka)

Tudo começou quando a gente

Conversava

Naquela esquina ali

De frente àquela praça

Veio os zomens

E nos pararam

Documento por favor

Então a gente apresentou

Mas eles não pararam

Qualé negão? Qualé negão?

O quê que tá pegando?

Qualé negão? Qualé negão?

É mole de ver

Que em qualquer dura

O tempo passa mais lento

Pro negão

Quem segurava com força

A chibata

Agora usa farda

Engatilha a macaca
E escolhe sempre o primeiro
Negro prá passar na revista
Prá passar na revista
Todo camburão tem um pouco
De navio negreiro
Todo camburão tem um pouco
De navio negreiro
É mole de ver
Que para o negro
Mesmo a AIDS possui hierarquia
Na África a doença corre solta
E a imprensa mundial
Dispensa poucas linhas
Comparado, comparado
Ao que faz com qualquer
Figurinha do cinema
Comparado, comparado
Ao que faz com qualquer
Figurinha do cinema
Ou das colunas sociais
Todo camburão tem um pouco
De navio negreiro

"E ri-se a orquestra irônica, estridente...
E da ronda fantástica a serpente
Faz doudas espirais...
Se o velho arqueja, se não chão resvala,
Ouvem-se gritos... o chicote estala.
E voam mais e mais...
Preso nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança ali!
Um de raiva delira, outro enlouquece,
Outro, que de martírios embrutece,
Cantando, geme e ri!
No entanto o capitão manda a manobra,
E após, fitando o céu que se desdobra,
Tão puro sobre o mar,
Diz do fumo entre os densos nevoeiros:
'Vibrai rijo o chicote, marinheiros!
Fazei-os mais dançar!'..."

(Fragmento de "O Navio Negreiro", de Castro Alves)

Redija um texto claro, coerente e completo em que você aborde os seguintes aspectos (além de outros que você julgar pertinentes):

- a) Como os ideais do Condoreirismo do século XIX foram resgatados e reinterpretados para os dias atuais?
- b) Em que aspectos a letra de canção de Marcelo Yuka e o poema “O Navio Negreiro” convergem e/ou divergem?
- c) Por que “todo camburão tem um pouco de navio negreiro”?
- d) Como você avalia a situação da população negra nos dias atuais?

A PRODUÇÃO TEXTUAL

A atividade de produção textual proposta foi realizada pelos alunos em casa e foi dado um prazo de uma semana para que os textos fossem entregues à professora regente. Incentivou-se que os alunos aprofundassem a discussão proposta ancorando-se na leitura de textos complementares e em conhecimentos prévios aprendidos, por exemplo, nas aulas de História, Geografia, Artes etc.; daí é que se justifica o tempo concedido para a produção desses textos. Não foi limitado aos alunos um número mínimo ou máximo de linhas ou laudas para a escrita dos textos, uma vez que interessava à professora regente avaliar os alcances interpretativos e argumentativos dos alunos ao discutirem os ecos da escravidão negra no Brasil contemporâneo. Dentre os textos produzidos, destacou-se o artigo redigido pela aluna Carolina Pinhão, também autora do presente trabalho. Sob o título de “As marcas negras”, o texto da aluna é um exemplo do papel transformador que a leitura e a escrita podem assumir no contexto escolar, no que tange, especialmente, à reflexão crítica sobre o lugar social ocupado pela população negra em nosso mundo e sobre os meios possíveis para modificar essa realidade de marginalização e sofrimento.

Alguns aspectos do texto da aluna merecem ser pontuados. Sua redação inicia-se com uma contextualização histórica que busca relacionar os processos de segmentação e hierarquização da sociedade à expansão e à consolidação do sistema capitalista. A escravidão e a exploração no continente africano são apresentadas como parte de um projeto imperialista fortemente ancorado em ideologias racistas. Em seguida, a aluna focaliza as especificidades do caso brasileiro, dando particular ênfase ao fato de a população afrodescendente ter sido apartada das políticas governamentais ao longo da história, consolidando, assim, uma relação forte entre raça e classe social; em outras palavras, isso significa dizer que a maioria dos negros do Brasil é, também, pobre. A aluna também relaciona os efeitos da marginalização e da criminalização da população negra nos meios urbanos. A partir de então, constrói-se a comparação entre o navio negreiro e o camburão, com base na análise dos dois textos trabalhados em sala de aula. As noções de aprisionamento, de cerceamento da liberdade, de penalização e de purgação são associadas tanto o navio negreiro quanto o camburão. A necessidade real de que transformações ocorram na sociedade para que os negros se libertem dos grilhões do passado emerge como conclusão do texto da aluna e, nesse sentido, a leitura figura como um meio importante para se conhecer e modificar a realidade social.

Não há dúvidas de que determinadas partes do texto da aluna carecem de certo aprimoramento conceitual, uma vez que ancoradas em “verdades” sobre a população negra tecidas no âmbito do senso comum. Para a confecção do presente artigo, entretanto, decidiu-se pela manutenção da produção textual da aluna em sua versão original, sem edições, e

reservou-se o espaço das notas de rodapé para comentários e esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Segue, abaixo, a íntegra da produção textual de Carolina Pinhão:

As marcas negras

A atmosfera com que a sociedade lida, nos dias de hoje, é fortemente marcada por desigualdades em todos os âmbitos da vida humana. É através de uma análise minuciosa que se verifica a presença deste quadro ao longo de séculos, assinalando a sua perpetuação na história em conformidade com a consolidação do capitalismo.

Na medida em que a ordem deste sistema socioeconômico se instituiu, a segmentação da sociedade em classes hierarquizadas, onde as mais favorecidas sobrepujaram-se às mais miseráveis dominando-as e explorando-as, mostrava-se cada vez mais evidente. Esta conduta assegurava a posição privilegiada de alguns indivíduos e dificultava a ascensão de outros, submetidos a condições penosas.

Vale ressaltar que tal dominação foi, muitas vezes, legitimada por meio de ideologias religiosas e políticas, a exemplo da expansão marítima ocorrida no século XVI, a qual culminou com a colonização de diversos territórios, subjugando e dizimando populações nativas inteiras, processo este que não se findou aí, tendo continuidade com a escravização dos negros africanos e, posteriormente, com a expansão imperialista decorrente da Segunda Revolução Industrial. Daí se enuncia um dos alicerces no qual se calcou o capitalismo entre os homens: “a existência de nações ricas pressupõe a existência de nações pobres”, esclarecendo a origem das desigualdades inseridas em nossa realidade.

Dentre estas, pode-se atribuir destaque à desigualdade econômica gerada pelas diferenças raciais, tema que se estende mundo afora, mas goza de importante abordagem no Brasil, uma vez que este país foi palco de um dos mais perversos e duradouros regimes de escravidão dos negros, tendo uma população altamente miscigenada, com um número considerável de indivíduos negros e valores culturais do povo africano visivelmente arraigados.

Os negros fazem hoje parte das classes mais prejudicadas financeiramente, com uma projeção social restringida pelo preconceito que assola o país. A ausência de um plano de inclusão dos negros na sociedade por meio de uma reforma das estruturas vigentes logo após a abolição da escravatura, além do descaso do governo nas décadas seguintes em relação à situação constituem os principais fatores que afirmaram a condição na qual se encontram os mesmos.

Diversos são os estereótipos criados a partir da figura do negro, dentre os quais podemos citar o de que todo negro é bandido e favelado. Uma avaliação crítica permite que se constate uma certa veracidade neste enunciado, já que, sem recursos para subsistir e rejeitados pelo mercado de trabalho, muitos negros marginalizaram-se apelando para caminhos ilícitos²; e sem capital para adquirir uma moradia decente, não lhes restou outra alternativa a não ser se instalar em áreas irregulares como o alto de morros, iniciando a favelização nos meios urbanos.

Não há, entretanto, estatísticas que atestem tal informação. Se, por um lado, é possível afirmar que a carceragem brasileira é negra, há de se questionar, por exemplo, quantos jovens brancos cometem delitos iguais ou mais graves que os cometidos por jovens negros e, ainda assim, não vão para a cadeia. A ideia de que “todo negro é bandido e favelado” deve ser revisitada, uma vez que pode reproduzir a ideologia da “onda negra, medo branco” e, ao mesmo tempo, ignora o dado de que apenas 1% das populações de favelas adere a algum tipo de crime.

Cabe ao contexto mencionar, inclusive, a música escrita por Marcelo Yuka e interpretada pelo grupo “O Rappa”, que nos revela essa condição marginalizada do negro logo em seu título – “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”. À luz de uma possível interpretação deste título, pode-se dizer que o camburão, carro da polícia especializado no transporte de criminosos até delegacias e penitenciárias no Brasil, se assemelha a um navio negreiro, pois a maior parte dos delitos no país é cometida por indivíduos que carregam a cor negra e a descendência africana e estes são, hoje, transportados em camburões a caminho do julgamento, assim como já foram um dia transportados em navios quando conduzidos até as colônias para o trabalho escravo.

Em ambos os casos, o destino final desses indivíduos seria a prisão, já que a sua liberdade é tomada, e de forma mais grave ainda nos dias de hoje quando transportados por camburões. O mesmo erro que se deu há alguns séculos está se repetindo como um reflexo da ignorância das autoridades (“quem segurava com força a chibata agora usa farda”) e da falta de bom senso e conhecimento da sociedade que parece abster-se em relação à condição histórica dos negros, a qual exerce um poder quase coercitivo sobre o papel desempenhado por estes.

Sob um ponto de vista mais ideológico, o camburão os transporta para que cumpram pena por um crime cometido a fim de que fiquem “limpos” perante a sociedade, e o navio negreiro os transportava ao trabalho escravo, justificado como uma punição terrena para o pecado do filho de Cam, que, segundo a Bíblia, seria o servo dos servos e, para caracterizar a sua condição, teria a cor negra. Todos os seus descendentes, no caso os negros, seriam pecadores e deveriam ser servos, isto é, submetidos ao trabalho escravo no intuito de pagar por seus pecados e purificar a sua alma diante de uma sociedade de fortes valores religiosos.

Outro ponto levantado pela letra da música é a disseminação da AIDS entre os negros, configurando-se como o único privilégio destes, o que significa dizer que estes só tem prioridade para contrair problemas, sem interesse por parte da sociedade e da imprensa em enfatizá-los e solucioná-los, já que estas últimas parecem estar mais preocupadas em tratar de questões superficiais tais como “figurinhas do cinema”, expressão esta utilizada na canção.

A proposta das potências mundiais de conduzir a África ao caminho da civilização, empregada na expansão imperialista como fundamento para a exploração do continente, parece ter caído no esquecimento e qualquer gesto de gratidão pelas fortes contribuições deste continente no acúmulo de capital e desenvolvimento de tais potências não é sequer esboçado. A sensação que se experimenta é que o conceito de civilidade por parte das mesmas está um pouco deturpado, em vista da miséria que foi deixada como legado aos habitantes do continente africano, ocasionando disputas internas pela escassez de recursos elementares à vida.

De forma genérica, a exploração do negro africano em séculos anteriores pode até não ser muito revelada nos dias atuais. Contudo, os clássicos da língua portuguesa são a melhor fonte de registro de informações valiosas acerca desse tema e da época em que tudo se sucedeu. Uma grande expressão desse período na literatura brasileira ocorreu no Romantismo, mais contundentemente na terceira fase da geração romântica designada Condoreirismo. As obras deste período foram de extrema importância com influência notória na história do Brasil

³A questão que se coloca é a de que a assinatura da Lei não garantiu, em absoluto, que o ideal de libertação fosse alcançado. A plena abolição da escravatura está inconclusa uma vez que os negros, ainda hoje, não alcançaram o acesso a seus direitos como cidadãos civis.

por terem sido um meio de divulgação dos ideais da abolição da escravidão e da proclamação da República no país. Por isso, tudo o que foi produzido nesta fase da periodização literária pode ser considerado uma introdução à temática do período seguinte, o Realismo, o qual fez críticas severas à realidade da época dando foco aos problemas sociais. O condor é o símbolo maior da terceira geração romântica, devido ao fato de ser uma ave com um imenso campo de visão, sendo capaz de voar em elevadas altitudes e, mesmo assim, captar tudo o que estiver lhe circundando e abaixo dela. Os românticos mostraram, por meio de sua produção artística nessa fase, essa mesma capacidade, possuindo horizontes ampliados para além da realidade sensorial.

Dentro da temática abordada pelo Condoreirismo, não se pode deixar de citar uma de suas principais obras, conhecida como “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, a qual muito se assemelha em termos de conteúdo à letra da música “ Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, já referida anteriormente. “O Navio Negreiro” de Castro Alves foi um poema escrito algum tempo após o decreto da Lei Eusébio de Queirós, a qual estabelecia o fim do tráfico intercontinental de escravos. Tal lei foi violada por muitos comerciantes de negros que passaram a trazer escravos ao país clandestinamente. No poema, o escritor romântico descreve as experiências vividas pelos escravos dentro dos navios negreiros, como se estivesse narrando um espetáculo ao público leitor. Seu objetivo era conseguir tocar o maior número possível de indivíduos com a realidade tenebrosa dos negros no país, tentando concentrar um grande contingente de adeptos da abolição como força política contrária à escravidão a fim de pressionar o governo a fiscalizar o cumprimento efetivo das leis decretadas em favor dos negros.

Enquanto isso, a letra da música de Marcelo Yuka pode ser encarada como uma retomada da situação caótica do negro no país, agora descrita nos dias atuais, resgatando o ideal do Condoreirismo de que transformações sejam operadas na realidade e que se desperte a consciência maior das pessoas para o reconhecimento das graves injustiças praticadas contra o negro. Nos dias de hoje, não mais almejamos o ideal de abolição da escravatura, já que este foi alcançado com a assinatura da Lei Áurea³. No momento presente, o que se reivindica é a libertação dos negros do passado histórico de escravidão que parece lhes ter aprisionado, condicionando a sua realidade circunstancial. Se a cor negra é tida no sentido de algo ruim ou pejorativo e a cor branca é tomada em sentido antagônico, com vista a toda essa análise, pode-se concluir que, na verdade, é a sociedade que tem deixado, desde os primórdios, marcas negras na alma branca dos negros⁴, desde então vítimas de uma constante agressão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos um relato de experiência pedagógica (que consideramos bem sucedida) de como a sala de aula de língua materna pode configurar-se como um lócus privilegiado para a construção de saberes e valores comprometidos com a eliminação de

⁴A oposição “marcas negras” vs. “alma branca” reproduz os sentidos comumente associados à cor negra, como algo negativo, e à branca, como algo positivo, sentidos esses que tanto precisam ser desconstruídos em nossas interações sociais cotidianas. Entretanto, como a expressão “marcas negras” orienta boa parte da discussão da aluna em seu texto (constituindo seu título, inclusive), não se alterou a redação da frase. Uma conversa entre a professora e a aluna garantiu os esclarecimentos necessários quanto à necessidade de um olhar atento às escolhas lexicais para que não se reproduzam conceitos e estigmas historicamente construídos acerca da população negra.

preconceitos e com a tessitura de uma cidadania democrática e engajada. As práticas letradas criadas em uma turma do 2º ano do Ensino Médio-Técnico do CEFET/RJ deram visibilidade às marcas da dor, da discriminação e da ausência de direitos da população afrodescendente no Brasil, desde seu passado de escravidão até os dias atuais. Com base na leitura e no debate a partir dos textos “O navio negroiro” (de Castro Alves, 1868) e a letra de canção “Todo camburão tem um pouco de navio negroiro” (de Marcelo Yuka, 1994), os alunos e a professora regente da turma foram conduzidos ao questionamento sobre o racismo estruturante na sociedade brasileira, bem como à reflexão quanto à postura crítica que deve ser assumida para que essa realidade de exclusão racial seja transformada. A produção textual da aluna Carolina Pinhão ilustra o potencial dos usos da linguagem (particularmente o ler e o escrever) como modos de agir e intervir no mundo social.

A prática pedagógica aqui descrita corresponde a apenas um exemplo de aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004). E, como exemplo que se propõe a ser, a atividade não deve ser tomada como receita replicável, mas somente como uma sugestão a docentes que se veem no constante dilema de não saberem como operacionalizar as demandas da legislação concernente à discussão do racismo e das relações étnico-raciais nas instituições de ensino brasileiras. Tornar esse debate parte do cotidiano das práticas pedagógicas (e não meramente uma ação isolada e esporádica em que se discute a temática apressadamente) requer formação continuada de todos os sujeitos envolvidos com a Educação. Além disso, a real aplicação da Lei 10.639/2003 depende de um reposicionamento desses sujeitos frente à temática em questão e uma ressignificação de valores fortemente arraigados na nossa sociedade, como o mito de que não há racismo no Brasil. Reconhecer as marcas históricas que a escravidão legou à população afrodescendente e buscar embasamento teórico para o efetivo cumprimento da lei são passos importantes para que nos libertemos dos nossos próprios grilhões e possamos contribuir, de maneira decisiva, na construção de uma nação democrática.

Referências bibliográficas

-
- ALVES, C. Os escravos. São Paulo: Klick editora, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1998.
- _____. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.
- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.
- _____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Brasília: MEC, 2008.
- KLEIMAN, A. B. (Org.) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
- O RAPPA. O Rappa. Brasil, WEA Warner Music, 1994.
- PAULA, R. C. “Construindo consciência das masculinidades negras em contexto de letramento escolar: uma pesquisa-ação”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.) Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.